



Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas

Secretaria Executiva | Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças
| Curitiba/PR | CEP: 80.230-120

41 3213-4752 | forumcbhpr@iat.pr.gov.br

www.iat.pr.gov.br/Pagina/Forum-Paranaense-de-Comites-de-Bacias-Hidrograficas

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM PARANAENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 Ao vigésimo sétimo dia de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas,
2 por meio da plataforma de videoconferência pela URL
3 <https://us02web.zoom.us/j/88036962949>, e transmitida ao vivo e disponibilizada pela
4 plataforma do Youtube pelo link: <https://youtube.com/live/Chlaawfg6mU?feature=share> foi
5 realizada a 5ª Reunião Ordinária do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas,
6 diante da presença do Coordenador **SILVIO SILVESTRE BARCZSZ**, do CBH Piraponema;
7 **ESTER AMÉLIA ASSIS MENDES** Coordenadora adjunto 2 e **IBSON GABREL MARTINS**
8 **DE CAMPOS** do CBH COALIAR; **EUCLESIO MANOEL FINATTI** e **JACKSON CESAR**
9 **BASSFELD** do CBH Litorânea; **MAURICIO CAMARGO FILHO** do CBH Alto Ivaí;
10 **FERNANDO MASSARDO** do CBH Baixo Ivaí Paraná 1; **CARLOS EDUARDO GONÇALVES**
11 **AGGIO** e **ARISTEU KAZUYUKI SAKAMOTO**, do CBH Norte Pioneiro; **DENISE RAUBER**
12 do CBH Baixo Iguaçu; **DENISE RAUBER** do CBH Baixo Iguaçu; **GUILHERME DANIEL** do
13 CBH Piquiri Paraná 2; **EDENILSON ALBANI** e **DENISE RAUBER** do Comitê dos Afluentes
14 do Baixo Iguaçu; **GUILHERME DANIEL** do Comitê das Bacias do rio Piquiri e Paraná 2;
15 **ROBERTSON WOLF** e **CAROLINE KOZAK** do Comitê da Bacia do Rio Jordão; **ELIAS LIRA**
16 **DOS SANTOS JUNIOR** do Comitê da Bacia do Paraná 3; **GALDINO ANDRADE FILHO** e
17 **RICARDO JOHANSEN** do Comitê da Bacia do Rio Tibagi; do Instituto Água e Terra: o
18 Diretor Presidente **JOSÉ LUIZ SCROCCARO**, o Diretor de Saneamento Ambiental e
19 Recursos Hídricos **ROBERTO MACHADO CORRÊA**, a Gerente da Gerência de Gestão de
20 Bacias Hidrográficas **DANIELLE TEIXEIRA TORTATO**, a **LUCINEIDE APARECIDA**
21 **MARANHO**, **NATALY TASCA**, **ROSA MARIA VOLPATO** da secretaria Executiva. Com a
22 confirmação do quórum, Lucineide informou que o procedimento estava sendo transmitido
23 ao vivo pelo YouTube e passou a palavra para o coordenador Silvio. **ABERTURA**: Silvio deu
24 as boas-vindas aos presentes na quinta reunião extraordinária do Fórum Paranaense de
25 Comitês de Bacias Hidrográficas, ressaltando o compromisso com a defesa dos recursos do



26 Paraná. Em seguida, passou a palavra para José Luiz Scroccaro, que também deu boas-
27 vindas, mencionando que teria que se ausentar antes do final da reunião devido a outro
28 compromisso. Ele destacou a importância das decisões a serem tomadas. Após isso, Silvio
29 passou a palavra para Roberto Machado, que se apresentou como o novo Diretor de
30 Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do IAT, cargo anteriormente ocupado por
31 Scroccaro. Roberto destacou sua trajetória no órgão e seu compromisso com a gestão de
32 recursos hídricos, já atuando com sua equipe para dar continuidade aos trabalhos. Silvio
33 então deu a palavra para Danielle Teixeira Tortato, que agradeceu a presença de todos e
34 mencionou a importância dos itens da pauta a serem discutidos, esperando uma boa reunião.
35 Em seguida, Ester, a vice coordenadora, também cumprimentou os presentes e reforçou a
36 importância da reunião. Lucineide reforçou algumas orientações para garantir a organização
37 da reunião, como o uso de 3 minutos para as falas dos presidentes e a ausência de chat na
38 transmissão ao vivo, mantendo o foco na plenária. Ela informou que dúvidas poderiam ser
39 enviadas por e-mail à secretaria executiva. O Sr. Silvio fez a leitura da pauta solicitou a
40 inversão dos itens e aprovado pela plenária ficou definido: 1.Abertura; 2.Aprovação da Ata
41 da 6ª Reunião Ordinária; da Ata da Reunião Emergencial, e a correção da Ata da 4ª Reunião
42 Ordinária; 3.Apresentação sobre o Fundo Estadual em Infraestrutura Inteligente - Feiin;
43 4.Discussão do Projeto Aqualnova;5.Termos de Referência para os planos de Bacias;
44 6.Assuntos gerais; 7.Encerramento.2 Foi solicitado a dispensa da leitura da ata, já
45 disponibilizada previamente por e-mail, e abriu-se espaço para manifestações sobre as atas.
46 Houve algumas correções pontuais sugeridas, e, sem objeções, as atas foram aprovadas.
47 Danielle propôs a retirada do item sobre o projeto Aqua Inova da pauta, pois houve um
48 problema técnico que impossibilitou a apresentação, que seria feita em uma reunião futura.
49 A proposta foi aceita por Silvio. 3. Em seguida, Silvio introduziu a apresentação sobre o
50 Fundo Estadual de Infraestrutura Inteligente, explicando sua criação, os recursos envolvidos
51 e a gestão prevista para o fundo, além da importância do fortalecimento do monitoramento
52 de águas no Paraná. Nataly apresentou a deliberação sobre a aprovação da Moção nº 02,
53 de 27 de setembro de 2024, do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas,
54 referente à criação da Lei nº 22056, de 4 de julho de 2024, que instituiu o Fundo Estadual
55 em Infraestrutura Inteligente. O Fórum, composto pelos comitês de bacias do Sistema
56 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraná, deliberou sobre o apoio a essa
57 lei, cuja finalidade é financiar programas e ações de melhoria na infraestrutura rural, logística
58 e sustentável do estado. Durante a reunião, foi ressaltado que o fundo tem autonomia de
59 gestão e está vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda. O Fórum destacou a importância



60 de a lei garantir que uma parcela significativa dos recursos seja destinada à gestão de
61 recursos hídricos. A exclusão das receitas de Itaipu como fonte de financiamento do Fundo
62 de Recursos Hídricos (FRH), prevista na alteração da Lei nº 12.726 de 1999, gerou impactos
63 negativos na capacidade de execução das políticas de gestão hídrica do Paraná. O Fórum
64 também apontou que, desde 1998, os royalties de Itaipu foram antecipados pelo governo
65 para o fundo de previdência, o que limitou a capacidade de investimento no setor de recursos
66 hídricos. A restrição de recursos financeiros afetou a execução de ações estratégicas,
67 impedindo a realização de estudos atualizados e a implementação de novas iniciativas para
68 melhorar a gestão das águas superficiais e subterrâneas do estado. O Fórum frisou que os
69 royalties poderiam financiar essas iniciativas, essenciais para enfrentar mudanças climáticas
70 e melhorar a gestão dos recursos hídricos. Silvio explicou que essa moção surgiu de
71 discussões anteriores em Foz do Iguaçu com os presidentes de comitês. Propôs que o Fórum
72 se mobilizasse para garantir que boa parte dos recursos do fundo fosse destinada à
73 modernização da gestão de recursos hídricos, incluindo o monitoramento mais eficaz das
74 bacias hidrográficas e a ampliação da rede de monitoramento de águas superficiais e
75 subterrâneas. Carlos Aggio comentou que, na moção, havia um erro de ano, que já havia
76 sido ajustado. Ele expressou sua frustração em relação à retirada de recursos dos órgãos
77 de gestão de recursos hídricos, tanto a nível federal como estadual. Ele mencionou que o
78 governo do Paraná contingenciou o fundo estadual, o que inviabilizou o uso desses recursos
79 para a gestão hídrica. Ele lamentou a criação de uma lei que retira recursos do fundo estadual
80 e os direciona para outro fundo, sem garantia de retorno. Silvio agradeceu a opinião de
81 Carlos e pediu que as discussões fossem breves. Em seguida, Elias questionou sobre a
82 distribuição dos recursos do novo fundo, destacando que a lei não especifica os percentuais
83 destinados a diferentes entidades. Ele defendeu que o Instituto Água e Terra (IAT) deveria
84 gerir uma parte significativa desses recursos, pois o fundo não deixava claro como os
85 recursos seriam aplicados. Ricardo ratificou o problema do repasse de verbas para os
86 comitês e destacou a importância de garantir que os recursos sejam destinados à gestão de
87 recursos hídricos. Ele sugeriu complementar a moção com propostas para assegurar que o
88 IAT administre uma boa parte dos recursos. Galdino expressou sua preocupação com a
89 criação de mais um fundo, temendo que os comitês de bacia ficassem com poucos recursos.
90 Ele questionou como seria calculada a destinação dos valores para cada comitê. Silvio
91 respondeu que a lei não especifica os percentuais e que a disputa por recursos seria definida
92 pelo poder de lobby das entidades. Euclésio sugeriu que fosse inserido um percentual na
93 moção, sugerindo 50% dos recursos para o IAT. Galdino apoiou a proposta de garantir uma



94 parte para os comitês de bacia, mas ressaltou que a distribuição deveria ser equitativa entre
95 as bacias. Silvio agradeceu as contribuições e iniciou o processo de votação da moção.
96 Danielle interveio, elogiando a proposta, mas sugeriu uma alteração: em vez de destinar
97 recursos diretamente aos comitês, o repasse deveria ser feito ao Fundo Estadual de
98 Recursos Hídricos, uma vez que os comitês não possuem CNPJ, o que impossibilitaria o
99 repasse direto. Ela ainda esclareceu que desde 2014 o fundo estava sob a gestão da
100 Secretaria da Fazenda -SEFA, mas retornou ao controle do IAT em 2024. Silvio confirmou
101 que o IAT administra os recursos e as ações para os comitês, mas ressaltou que, embora o
102 comitê possa instituir a cobrança pelo uso da água, o fundo é necessário para garantir a
103 gestão dos recursos hídricos. Elias questionou sobre a legislação e a revogação do Fundo
104 Estadual de Recursos Hídricos, mas foi esclarecido que o fundo ainda existia e o recurso da
105 Itaipu era uma de suas fontes. Ele sugeriu que o percentual de recursos destinados ao fundo
106 fosse destinado exclusivamente para a gestão de recursos hídricos. Durante a discussão,
107 Jackson informou que Itaipu repassou cerca de 1,5 bilhão de reais ao estado em 2023, sendo
108 necessário discutir como essa verba seria alocada. A proposta de Elias, que sugeriu destinar
109 integralmente os recursos relacionados à gestão hídrica ao Fundo Estadual, foi bem recebida
110 e, após ajustes na redação, a Deliberação 01/2024 foi aprovada. **5.** Danielle iniciou e fez uma
111 recapitulação sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 12.726/99,
112 que criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definiu seis
113 instrumentos de gestão: plano estadual, plano de bacia, enquadramento de corpos d'água,
114 outorga, cobrança e o sistema estadual de informações. Ela explicou que, no Paraná, o
115 processo geralmente começa pelo plano de bacia, que dá base para os outros instrumentos.
116 Desde a década de 1990, o estado já contava com o sistema estadual e a outorga, e
117 atualmente possui 12 comitês em diferentes estágios de desenvolvimento, com destaque
118 para o Comitê do Médio Iguaçu, criado em 10 de julho de 2024. Após, mencionou que apenas
119 o Comitê do COALIAR implementou a cobrança pelo uso de recursos hídricos, enquanto
120 outros comitês estavam discutindo mecanismos para a implementação desse instrumento.
121 Ela destacou que o Paraná tinha cinco planos de bacias concluídos, três em desenvolvimento
122 e quatro em fase de elaboração do termo de referência. A meta era concluir os novos planos
123 até 2025 e revisar o Plano Estadual de Recursos Hídricos até 2027, iniciando a revisão dos
124 planos de bacias a partir de 2028. Ela relatou que, após a devolução dos recursos do Fundo
125 Estadual de Recursos Hídricos para o Instituto Água e Terra - IAT, surgiu a oportunidade de
126 utilizar esses recursos para concluir todos os planos de bacia e fazer as revisões
127 necessárias. O objetivo era nivelar os dados de todas as bacias, facilitando a gestão dos



128 recursos hídricos. Com os R\$ 30 milhões disponíveis, Danielle explicou a urgência em utilizar
129 esses recursos ainda em 2024, devido ao prazo curto e à necessidade de finalizar as
130 licitações até 10 de dezembro. Ela propôs uma licitação emergencial, dividida em três lotes,
131 com as empresas contratadas responsáveis por desenvolver os planos de bacias para
132 diferentes regiões. A ideia era utilizar um termo de referência geral, que seria ajustado para
133 cada bacia específica com a colaboração dos comitês de bacia. Por fim, Danielle pediu a
134 opinião dos participantes sobre a proposta, destacando que, embora o prazo fosse apertado,
135 a equipe estava empenhada em garantir a utilização dos recursos disponíveis, evitando a
136 perda dessa oportunidade. Danielle explicou que o objetivo era nivelar os dados para todas
137 as unidades e realizar uma licitação única, dividida por lotes, para contemplar tanto bacias
138 já estudadas quanto as que ainda não possuíam dados. Foi mencionada a importância de
139 utilizar como base o termo de referência do Comitê Técnico do Ivaí, que seria norteador do
140 processo. Maurício questionou se o termo de referência final englobaria todos os comitês,
141 ao que Danielle respondeu que, apesar de ser um único documento, cada bacia teria suas
142 especificidades ajustadas após a licitação. Denise e Ester levantaram preocupações sobre
143 a integração de dados no sistema de gestão - SIGARH e sobre a atualização dos planos.
144 Danielle esclareceu que o SIGARH já previa a inclusão de dados dos planos e que melhorias
145 estavam sendo implementadas para garantir que essas informações fossem dinâmicas e
146 atualizadas constantemente. A discussão concluiu com o apoio dos participantes à proposta
147 de uma licitação unificada e a mobilização dos comitês para aprovar o termo de referência
148 em reuniões extraordinárias. Silvio elogiou o esforço e a dedicação da equipe em buscar
149 recursos e colocar o fórum e os comitês à disposição para avançar na gestão dos recursos
150 hídricos. Silvio Agradeceu a Danielle e ao Roberto pela iniciativa e o debate do tema,
151 ressaltando a importância de informações atualizadas para melhorar a gestão. **6.** Em
152 assuntos gerais, a Lucineide informou que as reuniões extraordinárias dos comitês,
153 relacionadas à resolução SEDEST nº 42/2024, já estavam agendadas para a semana
154 seguinte. Destacou que essas reuniões contariam com a participação de representantes da
155 outorga, da Sanepar e do Simepar. Silvio mencionou a relevância de simular dados
156 relacionados ao Q95 e explicar as mudanças de parâmetros de 0,5 para 0,8 para melhor
157 compreensão dos membros dos comitês. Ele pediu que fosse apresentado de forma gráfica
158 e numérica, para que todos pudessem tomar decisões com base em informações claras.
159 Galdino expressou sobre sua opinião com a questão do tratamento de esgoto, sugerindo que
160 a Sanepar deveria melhorar o tratamento secundário e terciário em suas estações,
161 especialmente considerando os períodos de estiagem e a carga orgânica lançada nos rios.



162 Ele destacou a necessidade de discutir a implementação de melhorias nas estações de
163 tratamento. Maurício sugeriu que fosse feita uma simulação nos comitês para avaliar o
164 impacto da mudança no coeficiente Q95 em dois rios, um em situação crítica e outro em
165 melhor condição. Ele afirmou que isso ajudaria os conselheiros a entender melhor o impacto
166 da alteração. Ester lembrou em relação a fala do Galdino que, a Sanepar não era o único
167 usuário a lançar efluentes nas bacias, e destacou a importância de estudar os custos
168 envolvidos no tratamento de esgoto, para que a sociedade estivesse ciente do que estaria
169 disposta a financiar. 7. Ao final, Silvio agradeceu a todos pela contribuição ao debate e
170 encerrou a reunião, ressaltando que as discussões foram enriquecedoras e a pauta foi
171 cumprida. Ele finalizou a reunião com uma foto de todos os participantes. o Sr. Silvio então
172 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião, sendo eu Nataly
173 Tasca, que lavrei a presente ATA.
174 De Acordo.

175

176

Silvio Silvestre Barczsz

177

Coordenador do Fórum Paranaense dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

